

## 290 **Gestão intersetorial das políticas sociais no município de São Lourenço da Serra, SP**

Luciano Antônio Prates Junqueira

Programa de Estudos Pós-Graduação em Administração  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)  
Processo 1998/14004-6  
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

A cidade de Carapicuíba, situada na região metropolitana de São Paulo, com cerca de 550 mil habitantes, veio se caracterizando, principalmente, como cidade-dormitório. Possui bairros habitados por famílias de nível de renda mais alta, mas também oriundas, em geral, do município de São Paulo e outros sem infraestrutura, onde dominam famílias de baixa renda. Trata-se, pois, de uma cidade marcada pela desigualdade, onde a maioria de sua população se encontra em precárias condições de vida. A prefeitura, por meio de seus órgãos, estruturados setorialmente para resolver os problemas da população e atender suas necessidades, tem suas ações organizadas de maneira fragmentada. Isso porque tais órgãos desconsideram que suas atividades são, em geral, dirigidas a uma mesma população. Uma das formas de projetar a superação dessa situação é resolver os problemas de forma integrada, otimizando os recursos existentes, por meio da gerência intersetorial das políticas sociais. Tal perspectiva aponta para o alinhamento dos diversos serviços oferecidos setorialmente pelos diferentes agentes municipais, que, estabelecendo uma relação de parceria, poderão tornar a vida dos seus munícipes de melhor qualidade. Para isso, propomos a realização de uma pesquisa aplicada que identifique as condições concretas de vida dessa população e caracterize as demandas sociais pertinentes. Em conjunto com a prefeitura, organizações de caráter público e privado e diferentes movimentos organizados da população, procurar-se-á elaborar um projeto de gestão intersetorial das políticas sociais do município.

## 291 **Programas de gestão integrada para o município de Franca**

Sarah Feldman

Escola de Engenharia de São Carlos  
Universidade de São Paulo (USP)  
Processo 1998/13999-4  
Vigência: 1/11/1999 a 30/11/2002

A presente proposta é resultado de um processo de trabalho que vem sendo desenvolvido, há um ano e meio, por meio de um convênio de prestação de serviços à comunidade, estabelecido entre o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, liderada pelos pesquisadores principais deste projeto, e a prefeitura municipal

de Franca, com o objetivo de formular uma nova política habitacional e urbana para a cidade. Esta cooperação já gerou produtos de relevância para o município, como a lei de habitação de interesse social e o novo plano diretor, que se encontra em discussão na câmara municipal. No âmbito do projeto do plano diretor, está previsto o desenvolvimento de seis programas integrados de gestão urbana, que deverão ser implementados nos próximos anos. A formulação desta proposta exige diagnóstico detalhado da situação urbana de Franca, no que diz respeito a cada uma dos objetos específicos dos programas integrados, assim como um maior conhecimento de experiências inovadoras de gestão em cidades médias no Brasil e no exterior. Este projeto se volta para uma necessidade concreta da prefeitura da Franca, mas pode ser extremamente útil para outras municipalidades, que, por sua situação geográfica, não passaram por um processo de metropolização ou conturbação. Volta-se, portanto, para cidades que, embora venham tendo crescimento populacional sistemático, não apresentam conflitos territoriais na escala das cidades de maior porte, mas que, na última década, vêm passando por mudanças significativas, seja pelas mudanças econômicas em curso em níveis nacional e mundial, seja pela absorção de atividades que vêm se deslocando da capital e demais municípios da região metropolitana. Esta questão ganha relevância ao se considerar que grande parte da pesquisa e reflexão sobre o tema, assim como as práticas urbanísticas, no Brasil e particularmente no Estado de São Paulo, estão referenciadas na realidade das regiões metropolitanas, que é substancialmente diferente daquela encontrada nas cidades médias, categoria que se torna cada vez mais importante na rede urbana paulista. Cabe destacar, ainda, a posição estratégica do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP para desenvolver não só a pesquisa proposta como outras formas de colaboração no campo das políticas públicas urbanas com cidades médias no Estado de São Paulo. Situada no centro do estado, São Carlos tem grande potencial para exercer um papel de polo de referência para o estudo deste tema, contando com estudantes de graduação e pós-graduação originários de cidades do interior do estado e que tendem a desempenhar, no futuro, funções públicas nesses locais.

## 292 **Projeto de estabelecimento de uma política institucional de monitoramento da autogestão das cooperativas do Estado de São Paulo**

Sigismundo Bialoskorski Neto

Faculdade de Economia, Administração  
e Contabilidade de Ribeirão Preto  
Universidade de São Paulo (USP)  
Processo 1998/13998-8  
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2002

O empreendimento cooperativo difere da empresa de capital, por apresentar uma relação diferente entre os fatores de produção, capital e trabalho. O voto em uma cooperativa é proporcional ao trabalho – a cada homem um único voto –, a distribuição do resultado é proporcional à atividade ou trabalho de cada sócio. Quando falamos de cooperativas, nos referimos a “associados”, “trabalhadores”, e a “sobras do exercício”, com um nítido objetivo social na sua constituição. Este tipo de organização social que não apresenta o objetivo de lucro é um importante meio de criação de emprego, bem como um instrumento de distribuição de renda no meio urbano e rural, que cresce em importância em decorrência da crise econômica atual e dos níveis de desemprego. Em São Paulo, grande parte dos produtores rurais são associados a cooperativas, que comercializam parte significativa das safras de café, soja e do leite. O cooperativismo encontra-se em um importante momento de políticas públicas em decorrência do vácuo jurídico que se impôs após a constituição de 1988. Assim, após a obtenção da autogestão, o cooperativismo ainda não conta com um meio eficaz de proceder ao seu próprio autocontrole, como mostra a questão da ausência de um acompanhamento tanto da gestão como da constituição de empreendimentos cooperativistas. Atualmente o governo implanta o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – Recoop, que além de proporcionar o reequacionamento das dívidas obriga as cooperativas a um plano de reorganização de sua gestão. Por outro lado, a constituição de novas cooperativas, principalmente as de trabalho e habitação no meio urbano, bem como o crescimento das cooperativas de crédito, apoiadas pela constituição dos novos bancos cooperativistas, obriga a organização das cooperativas do Estado de São Paulo a estabelecer um abrangente programa de monitoramento dos empreendimentos cooperativistas no estado.

### 293 Organização das escolas estaduais de ensino fundamental da D.E. de Penápolis em ciclos: estudos e propostas

Celestino Alves da Silva Júnior  
 Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília  
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
 Processo 1998/13993-6  
 Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2000

O regime de progressão continuada, envolvendo a organização do ensino em ciclos, foi instituído na rede estadual paulista a partir de 1998. A medida promove, na visão do grupo de pesquisa, uma revolução na gestão de tempos, espaços e ações escolares historicamente construídos e exige a elaboração coletiva de propostas pedagógicas autônomas e plurais centradas em uma ‘cultura

da aprendizagem’ e referenciadas na reflexão crítica dos atores sobre suas representações e práticas educativas. O projeto propõe-se, no âmbito da unidade de análise (vinte e cinco escolas), dimensionar essa problemática e, também, fundamentar e estimular a formulação de alternativas de intervenção. A equipe executora, constituída por pesquisadores com experiência nas áreas de gestão, política, avaliação, informática e educação à distância e especialistas da D.E., propõe-se a realizar as seguintes atividades: a) análise e discussão do domínio dos novos critérios adotados; b) estudos e reflexões sobre resultados de experiências concretas; c) capacitação dos atores envolvidos na formulação e execução das propostas. Serão adotadas estratégias de educação à distância para manter um processo contínuo de comunicação equipe/escolas. A testagem dos instrumentos e formas de intervenção será realizada em cinco escolas durante o período de elaboração circunstanciada do projeto.

### 294 Microcrédito: experiências e potencialidades

Flávio Azevedo Marques de Saes  
 Faculdade de Economia, Administração  
 e Contabilidade de Ribeirão Preto  
 Universidade de São Paulo (USP)  
 Processo 1998/13989-9  
 Vigência: 1/11/1999 a 30/4/2000

Quando se estuda a relação entre financiamento e desenvolvimento sempre se pensa em grandes volumes de poupança e investimentos de grande magnitude. Isto decorre tanto das teorias de desenvolvimento econômico como das teorias de finanças, em que a existência de informações assimétricas, colocando o problema da seleção e a exigência de garantias e os custos de transação existentes na intermediação de recursos, praticamente excluía a população de baixa renda das análises, pois, em primeiro, lugar operações financeiras não eram possíveis devido ao elevado risco de inadimplência e aos custos operacionais em relação ao volume da operação, e, em segundo lugar, por não ser considerado um instrumento adequado para colaborar com o desenvolvimento ou para a superação da pobreza. Algumas experiências iniciadas na Ásia e na África, com a criação de sistemas de financiamentos voltados exclusivamente para populações de baixa renda, não só se mostraram viáveis do ponto de vista do custo operacional e da baixa inadimplência, como contribuíram para melhorar as condições de vida das comunidades envolvidas. O agravamento dos problemas relacionados com a pobreza e a geração de emprego no Brasil no período recente fez com que se iniciassem as primeiras experiências em instituições de microcrédito. Destaca-se, em nível nacional, a Portosol